



Câmara dos Deputados  
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO**

**(Do Senhor Capitão Alberto Neto)**

Requer do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, informações a respeito da concentração e abuso econômico praticado nas tarifas aéreas no estado do Amazonas.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, informações a respeito da concentração e abuso econômico praticado nas tarifas aéreas no estado do Amazonas.

- 1) Quais as medidas adotadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para combater o abuso de posição dominante de companhia aérea no Estado do Amazonas?
- 2) Há alguma notificação de abuso de poder econômico em andamento?
- 3) Quais medidas o consumidor pode adotar ao se deparar com esses preços elevados, dificuldade na oferta e lacuna de melhorias no serviço?
- 4) É possível verificar, no setor aéreo atual, riscos à livre concorrência?

**Justificativa**

Em levantamento feito pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o preço médio das passagens aéreas em viagens nacionais entre janeiro e março deste ano foi o maior em um primeiro trimestre em mais de uma década.





Câmara dos Deputados  
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

A realidade é que nos últimos anos as passagens aéreas ficaram cada vez mais caras, deixando totalmente inacessível para aqueles que muitas vezes só tem essa opção de deslocamento pelo Brasil.

Recentemente, a título de exemplo, uma companhia aérea divulgou o trecho entre Manaus e Tabatinga pelo valor absurdo de R\$ 6.806,26 com apenas 1 escala. Em outra busca, com destino Manaus/São Paulo, a passagem aérea ficou a partir de R\$ 2.909,02 dependendo do horário. Assim, verifica-se que viajar para outro estado do Brasil possui tarifas menores do que viajar pelo próprio Amazonas.

Além do elevado valor, não há melhorias no serviço para o passageiro, que muitas vezes precisa se sujeitar a situações diversas com as companhias aéreas, além de que opções reduzidas de voos limita o acesso ao serviço de transporte aéreo, deixando de fora do mercado um conjunto de consumidores.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 27 de novembro de 2023.

**CAPITÃO ALBERTO NETO**  
DEPUTADO FEDERAL  
PL/AM

